



**FORMATURA DO
INSTITUTO RIO BRANCO
(2007 - 2009)**

DISCURSOS
Volume 3



**FORMATURA DO
INSTITUTO RIO BRANCO
(2007 - 2009)**

DISCURSOS
Volume 3

O presente livro
– publicado pelo
Instituto Rio Branco
em colaboração com a
Fundação Alexandre
de Gusmão – é um
registro histórico
da cerimônia de
formatura da turma
2007-2009, Joaquim
Nabuco, realizada no
Palácio Itamaraty,
como parte das
comemorações ao
Dia do Diplomata
(20 de Abril de 2010).

FORMATURA DO
INSTITUTO RIO BRANCO
TURMA JOAQUIM NABUCO (2007 - 2009)

DISCURSOS

Brasília, 2010

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado - Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral - Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

INSTITUTO RIO BRANCO



Diretor-Geral - Embaixador Georges Lamazière

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente - Embaixador Jeronimo Moscardo

O Instituto Rio Branco foi fundado em 1945 e é responsável pela seleção e treinamento dos diplomatas brasileiros, em processo contínuo de formação: o Curso de Formação na etapa inicial de carreira; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), para Segundos Secretários e o Curso de Altos Estados (CAE) para Conselheiros.

Setor de Administração Federal Sul (SAFS) - Quadra 05, lotes 2 e 3.

Brasília - DF Cep: 70.170-900

Telefones: 3411-9817/ 9851/ 9852

Fax: 3411-9828

email: irbr@itamaraty.gov.br

Site: www.institutoriobranco.mre.gov.br

A Fundação Alexandre de Gusmão, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores

Esplanada dos Ministérios, Bloco H

Anexo II, Térreo, Sala 1

70170-900 Brasília, DF

Telefones: (61) 3411-6033/6034

Fax: (61) 3411-9125

Site: www.funag.gov.br

FORMATURA DO
INSTITUTO RIO BRANCO
TURMA JOAQUIM NABUCO (2007 - 2009)

DISCURSOS

Brasília, 2010

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão e
Instituto Rio Branco

Equipe Técnica:

Maria Marta Cezar Lopes

Eliane Miranda Paiva

Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves

Érika Silva Nascimento

Júlia Lima Thomaz de Godoy

Juliana Corrêa de Freitas

Programação Visual e Diagramação:

Raimundo Aragão

I47f Instituto Rio Branco (Brasil)
Formatura do Instituto Rio Branco (Turma 2007-2009) Joaquim Nabuco:
discursos/ Instituto Rio Branco.-- Brasília : FUNAG, 2010.

48 p. : il.

ISBN: 978-85-7631.-253-6

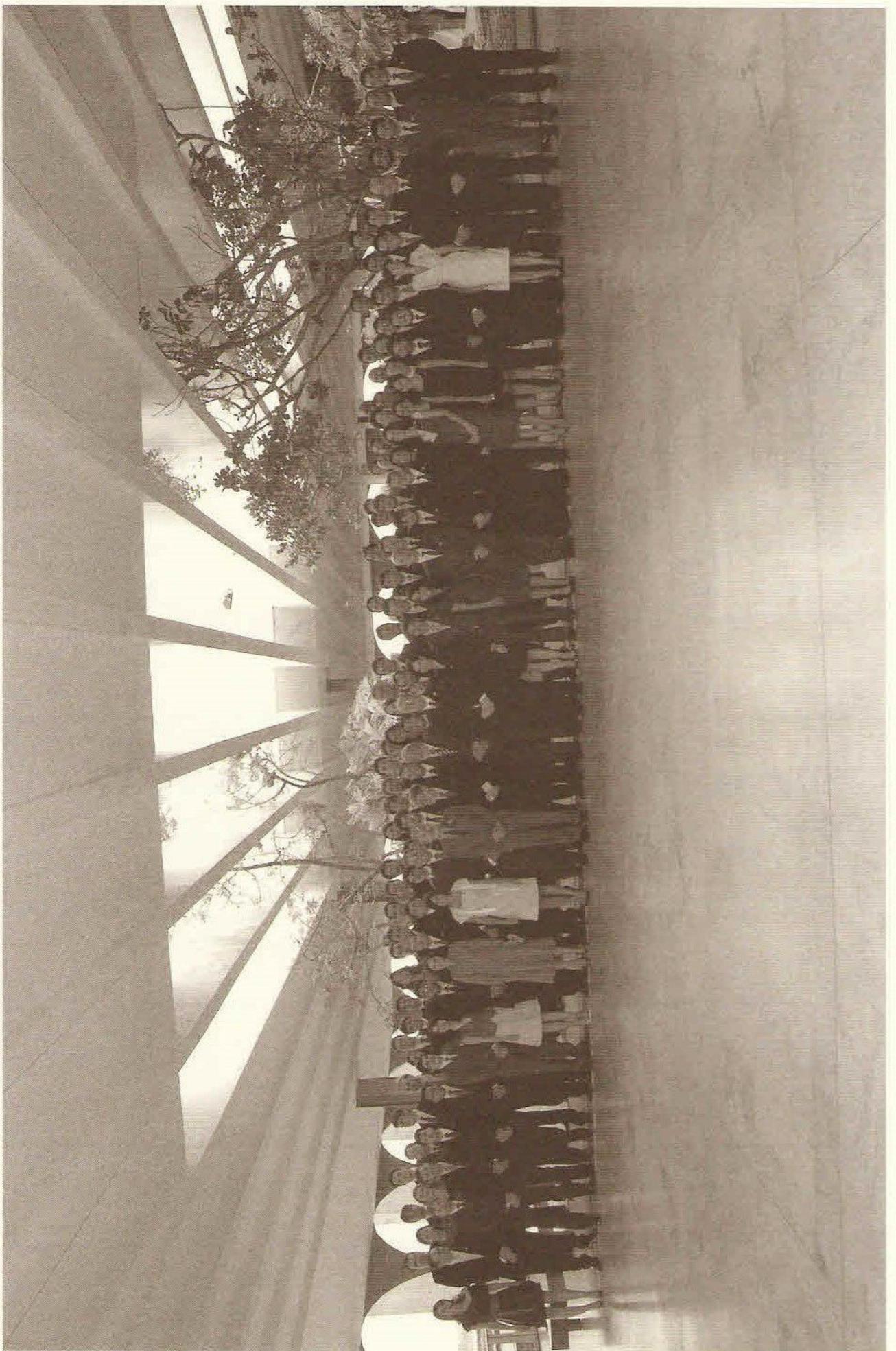
1. Diplomacia - Estudo e Ensino. 2. Instituto Rio Branco - Formatura.

CDU: 341.7(81)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme
Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

TURMA
JOAQUIM NABUCO
(2007 - 2009)

PALÁCIO ITAMARATY,
20 DE ABRIL DE 2010.



SUMÁRIO

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, proferido durante cerimônia em comemoração ao Dia do Diplomata e de Formatura da Turma Joaquim Nabuco, 9

Texto-base do discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para a Cerimônia do Dia do Diplomata e de Formatura da Turma Joaquim Nabuco, 21

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião do Dia do Diplomata e da Formatura da Turma Joaquim Nabuco, 31

Discurso do Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, Embaixador Georges Lamazière, por ocasião da Cerimônia do Dia do Diplomata e da Formatura da Turma Joaquim Nabuco, 41

Discurso do Orador da Turma Joaquim Nabuco, Secretário Leandro Vieira Silva, 43

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, PROFERIDO DURANTE
CERIMÔNIA EM COMEMORAÇÃO AO
DIA DO DIPLOMATA E DE FORMATURA
DA TURMA JOAQUIM NABUCO

PALÁCIO ITAMARATY, 20 DE ABRIL DE 2010

Companheira Marisa Letícia,
Meu caro companheiro Celso Amorim, Ministro das Relações
Exteriores,
Senhores Embaixadores estrangeiros,
Embaixatriz Ana Maria,
Embaixador Patriota,
Meus caros formandos,
Amigos e amigas,
Meu caro orador dos formandos,
Meu caro Diretor do Instituto Rio Branco,

Bom, como eu não sou diplomata e nem estou me formando hoje, eu vou quebrar um protocolo aqui, que é o seguinte: eu estou com um discurso muito bem feito, bonito, mas vai demorar meia hora. E eu penso que o Celso, um dia, o Itamaraty publicará isso aqui, ou quem sabe, o Rio Branco mesmo publicará, como peça de estudo dos alunos. Vale a pena.

Mas eu queria dizer duas palavras, porque já é uma e meia, a emoção que os familiares estão aqui, dos seus formandos, daqui a pouco começa a virar raiva, porque a fome não permite que ninguém... a fome não permite que ninguém seja carinhoso com ninguém.

E eu queria dizer, Celso, duas palavras. Primeiro, eu acho que os nossos meninos e meninas que estão se formando hoje, eles vão entrar no mundo da diplomacia brasileira certamente vendo o mundo um pouco diferente daquilo que a tua geração estava habituada a ver. Aliás, a gente, quando olhar o Mapa Mundi, a gente vai perceber que o Norte não é tão grande como eles pensam que seja e o Sul não é tão pequeno como eles pensam que seja, ou seja, vamos começar a olhar o mundo mais igual, para que a gente comece a se entender e a ser respeitado no mundo.

Eu gostaria de dizer para vocês uma coisa que marcou a minha passagem pela Presidência da República. Nós estamos chegando a um momento difícil porque, daqui para frente, todo ato que eu participar será o último, tudo vai ser o último: foi o último Bric, o último Unasul, o último Nações Unidas, ou seja, daqui a pouco eu tenho nove meses de despedida constante e essa é a minha última participação aqui, como Presidente, na formação dos nossos diplomatas.

E dizer para vocês que eu disse um dia para o Celso: “Ô Celso, você precisa tomar muito cuidado, porque o Brasil começou a ficar importante. E quando um país começa a ficar importante, começa a gerar ciúmes. E quando começa a gerar ciúmes, nós começamos a arrumar inimigos. Porque aqueles que não foram capazes de fazer o que você está fazendo, vão começar a ser contra. Até porque, durante muito tempo, nós fomos induzidos a ter complexo de vira-latas neste país. O importante era a gente não ser ninguém, ser alguém era um privilégio de outros e não nosso”.

O Celso poderia contar para vocês a primeira reunião que nós fizemos com o G-8. Eu lembro, lembro em Evian, eu com seis meses de mandato, com muito orgulho, porque eu sabia quem eu estava representando lá, eu sabia de onde eu tinha vindo, e nós chegamos em uma reunião, já estavam lá quase todos os presidentes da República, faltava chegar apenas o Presidente dos Estados Unidos. E nós estávamos sentados em umas mesinhas, no hotel em que ia ser a reunião, aí, quando o Bush entra, todo mundo levanta. Eu falei para o Celso:

Celso, eu vou ficar sentado, ninguém levantou quando eu cheguei. Qual é a subserviência de a gente levantar porque chegou o Presidente dos Estados Unidos? E não era arrogância não, era apenas respeito. O Kofi Annan estava conosco, ficou muito incomodado, não sabia se sentava ou se levantava, mas... E, humildemente, o Bush foi lá na nossa mesa, nos cumprimentou e sentou conosco. Não aconteceu nada de anormal. O anormal seria se nós tivéssemos levantado como, habitualmente, as pessoas faziam. Essa é uma coisa que me marcou muito.

Outra coisa que marcou a diplomacia brasileira era a quantidade de críticas que a gente recebia quando a gente ia para a África. Eu vi, aqui, que a nossa premiada aqui está no Gabão. Você não sabe quantas críticas nós recebemos porque fomos ao Gabão, porque as pessoas estavam acostumadas que, diplomacia, a gente tinha que ir para Nova York, para Washington, para Paris, para Londres, para Roma, para Madri, para Buenos Aires, que era muito importante, ou para o Paraguai, que tinha conflitos políticos conosco. Mas para a África? Era descabido. “O que um presidente vai fazer indo para a África?”. Pois bem, eu vou terminar o meu mandato visitando 25 países africanos e ainda vou sair devendo mais 20 que eu deveria visitar e que eu espero visitar quando eu não for mais presidente da República.

A mesma coisa era para a Ásia. Eu lembro da crítica – e vocês são muito jovens. Eu lembro da crítica que nós recebemos quando nós fizemos uma feira em Dubai. Gastamos US\$ 500 mil para fazer uma feira. Ninguém nunca perguntou quanto a gente vendeu, só queriam saber quanto que nós tínhamos gasto. Gastamos 500 mil e vendemos US\$ 50 milhões.

Eu lembro de quanto nós fomos vítimas aqui quando compramos um avião. Pergunte para o Celso se não melhorou substancialmente ele agora poder fazer uma viagem em um avião da FAB, chegar, com muito orgulho, com um avião fabricado pela Embraer em qualquer país do mundo e não ter que ir para São Paulo, para pegar uma ponte aérea, para ir não sei para onde, para chegar em Nova York, tirar o sapato para poder entrar lá. Pergunta se não é muito mais orgulhoso.

Quando inventaram a história de tirar o sapato, eu disse para o Celso: ministro que tirar o sapato deixará de ser ministro. Se tiver que tirar o sapato, volta para o Brasil, porque nós não exigimos que ninguém tire o sapato aqui, por que tem que exigir da gente? Nós temos que... e ainda o cidadão com um passaporte vermelho. Diplomata. Antigamente era chique, hoje não é mais tão chique ter passaporte... Hoje tem muita gente, hoje tem muita gente que desconfia mais dos vermelhos do que dos azuis. Mas de qualquer forma eu tenho um vermelho e vou dá-lo para o ...

Bem, eu queria dizer para vocês que o Brasil vive um outro momento. Há uma... há uma coisa... o Celso estava falando de um artigo. Há uma coisa que vocês vão perceber: que o Brasil poderia ter feito as coisas diferente. Por exemplo, o Brasil não precisaria ter intercedido para fazer um acordo na Venezuela. E graças ao Brasil aquele acordo saiu e as coisas voltaram à normalidade da forma mais democrática possível. Todos vocês acompanharam como alguns queriam que eu partisse para a garganta do Evo Morales, que esganasse ele quando ele disse que o gás era dele. E eu não fiz porque achei que o gás era dele mesmo, e que nós tínhamos que pagar o preço justo pelo gás. Todo mundo queria que eu pulasse na garganta do Lugo e esganasse ele quando ele queria um pouco mais de dinheiro de Itaipu. E eu acho que eles precisam. E por que eu acho que eles precisam? Porque um país como o Brasil, que é a maior economia desse continente, o Brasil tem que ser o lado generoso. O Brasil tem que ser aquele que estende a mão, aquele que ajuda, aquele que permite que haja um avanço dos outros. O Brasil não pode ser o grande país e os outros os pequenos países. Até porque não haveria espaço para felicidade, para tranquilidade se a gente não fizer uma outra maneira de tratar os nossos vizinhos e fazer com que o crescimento do Brasil sirva para eles crescerem.

Vocês certamente terão muito mais orgulho, muito mais orgulho. E quando a gente começa a ganhar muito, Celso, a gente começa a incomodar. Talvez nem tanto os presidentes, mas talvez a burocracia intermediária que negocia. Eu tenho orgulho do que o nosso país fez,

com a coordenação do Celso, na Organização Mundial de Comércio. Eu tenho orgulho quando países como os Estados Unidos, quando países como a União Europeia toda me procuravam: “Lula, está nas suas mãos, você é que decide”. Quer dizer, se eu decidisse do jeito que eles quisessem. Mas, como nós tínhamos o nosso próprio jeito, terminamos por não ter um acordo, depois de um trabalho imenso. E não fizemos o acordo porque paralisou na divergência entre Estados Unidos e Índia. Divergência eleitoral, porque tinha eleição nos Estados Unidos em 2008 e tinha eleições em maio na Índia. E o Kamal, que era o negociador da Índia, era candidato na sua região, no mês de maio. E o governo americano, pensando em ganhar as eleições, não queria mexer [em] nada de comércio. O que é triste é que já faz dois anos, e nunca mais ninguém tocou no assunto. Como se não tivesse uma necessidade de resolver a crise econômica negociando a rodada de Doha.

Tem muita gente que não gostaria que o nosso querido Brasil fizesse retaliação nos Estados Unidos por conta do algodão. Ora, se a OMC tem regras, elas valem para o Gabão e valem para os Estados Unidos. Não podem valer apenas para um, tem que valer para todos. O que o Brasil fez? Exercitou um direito universal: regras estabelecidas pelos participantes. Graças a Deus, concluímos o acordo, e o algodão vai perder o subsídio que tinha, e os pobres da África, países como o Benin, que produz 400 mil toneladas de algodão, vai poder viver mais tranquilamente, mandando o seu algodão para o mercado internacional. Então, Celso, eu quero que você compreenda e esses meninos e meninas compreendam que o Brasil ganhou muita importância por isso. Muitas vezes, o Itamaraty é criticado pelas coisas boas que faz. Ninguém critica um embaixador porque ele só gosta de participar de coquetéis toda noite. Se convocar alguém da imprensa para ir junto, não vai ter crítica nenhuma. Criticam é quando ele tem posição política definida. Criticam é quando ele tem posições de autoestima e defender o seu país. Aí nós recebemos críticas, como recebemos quando colocamos a China como parceiro comercial nosso, como parceiro estratégico; quando decidimos fortalecer o Mercosul; quando decidimos criar a Unasul; quando

decidimos criar a Comunidade da América Latina e Caribe. Então, tudo que une os iguais, nós temos críticas. Porque na verdade, viu Celso, eu acho que o Itamaraty, por todo trabalho prestado ao Brasil... algumas pessoas ainda pensam que o Itamaraty foi criado para ser uma coisa de relações de G-10, G-15, G-20, só coisa dos mais ricos, e não como um país que criou 34 embaixadas no nosso governo. E eu quero dizer que é com muito orgulho, muito orgulho, quando eu vejo um menino ou uma menina, e passou por São Tomé e Príncipe e por Gabão. E hoje é muito importante, porque muitos diplomatas brasileiros pedem para ir para esses lugares, numa demonstração de que a gente começa a ter mais orgulho, não apenas da nossa profissão, mas do nosso país. E a gente sabe que ninguém vai respeitar a gente se a gente não se respeitar.

Está aqui um companheiro que estava na Venezuela, e é com muito orgulho que, quando a gente quando cria uma comunidade de nações do Caribe e da América Latina, que um companheiro presidente da República de outro país vem pedir: “Lula, pelo amor de Deus, manda o seu embaixador para me ajudar a redigir o documento, que nós não temos condições de fazer”. Além da relação de confiança, é a relação da competência, e é isso que faz com que o Itamaraty seja essa casa de excelência que nós somos...sempre fomos, historicamente fomos. Mas é importante combinar essa excelência com autoestima do nosso corpo de diplomatas, com o orgulho de saber que nós poderemos discutir em igualdade, sabe, de igual para igual, com o Sarkozy, com o Obama, com o Hu Jintao, com o Medvedev, com o primeiro-ministro Singh, se não existe grau de país de primeira e país de segunda. Um pode ser mais rico do que o outro, mas a nossa terra é tão importante quanto a deles e a nossa ação tem que ser tão importante quanto a deles. É isso que vai nortear a carreira de vocês: é vocês dormirem tranquilos sabendo que vocês fizeram aquilo que tinha que ser feito, e é por isso que é importante a importância que a gente deu à diversificação da relação do Brasil. Recebemos muitas críticas.

Eu fico vendo, Celso, o mundo... Eu, muitas vezes, acho que as pessoas me tratam bem porque, como eu sou um operário de fábrica,

então, todo mundo: “Lulinha” daqui, “Lulinha” de lá, sabe? E eu também trato todo mundo muito bem. O Celso sabe que eu respeito todo mundo. Eu acredito na relação humana como ninguém acredita. A Marisa até não gosta muito que eu fique passando a mão nas pessoas, abraçando, ela até não gosta muito, mas é assim que eu me relaciono. E eu acho que eu estabeleci uma relação de amizade com os presidentes, uma relação de companheiros. Mas sempre com a antena ligada de que o Brasil estava colocando o pé em espaços que outrora não colocava o pé.

Então, de repente, acontece Copenhague. Nós já tínhamos perdido três vezes as Olimpíadas. As pessoas acham que nós ganhamos o direito de fazer as Olimpíadas por sorte. Por sorte, não, foi dedicação exclusiva do Itamaraty durante dois anos; foi dedicação dos nossos embaixadores em cada país em que tinha delegado; foi dedicação minha de conversar com todos os presidentes e pedir voto, mandar carta para todos os delegados, mandar carta para todos os primeiros-ministros, mandar carta para todos os presidentes durante dois anos; do governador do Rio de Janeiro; do prefeito do Rio de Janeiro; do presidente do COI. Foi a dedicação de um país para ganhar Copenhague, não foi a sorte.

Eu lembro da última conversa que eu tive, em Copenhague. Eu fui lá dois dias antes para conversar com um delegado votante. E eu lembro que eu fui conversar com um companheiro da imprensa... não, companheiro da Itália, não vou dizer o nome dele aqui, mas eu fui conversar. Aí, o cara nem me cumprimentou, já começou a botar defeito no Brasil: “Eu acho que o Brasil não vai ganhar por causa disso, eu acho que o Brasil não vai ganhar por causa daquilo, eu acho que o Brasil não vai ganhar por causa da violência no Rio, eu acho que o Brasil não vai ganhar por causa disso”. Ou seja, o cara não me conhecia, sentou na minha frente e ditou regras para mim durante meia hora.

Aí, quando ele terminou de falar, o nosso querido João Havelange queria se retirar da reunião, o Prata estava com mais uns 50 caras no escritório que eu estava, cada um com uma má vontade maior do que a outra, falando alto. Eu levantei e dei um berro, pedi para quem não quisesse ouvir, caísse fora da reunião. Aí, o italiano se assustou, e eu

falei: olha, companheiro, vou dizer uma coisa para você. “Qualquer delegado, qualquer delegado do COI, qualquer pessoa que tiver voto no Comitê Olímpico, pode votar contra o Brasil. Você não pode, você não pode. Você tem obrigação moral e política de votar no Brasil, porque é lá que tem a maior comunidade italiana fora da Itália. Então, se você não pode fazer a Olimpíada de Roma, faça no Brasil, para os italianos verem”. Bem, eu não sei se eu ganhei o voto dele, mas eu sei que quando terminou a votação, ele foi o primeiro a vir me abraçar. Ele foi o primeiro.

Porque é assim. As pessoas chegam em um lugar, as pessoas querem dizer. Ô Celso, sabe aqueles negociadores europeus? Agora nos tratam com deferência. Mas, no começo, quando você é novato no pedaço, chega lá um cara de quarto escalão, que você nem sabe, e vai ditando regras, e vai impondo condições: “A Europa pensa isso, a Europa quer que faça isso”. Ora, quer, não! Quer saber se nós queremos? Vamos baixar o facho e vamos sentar em igualdade de condições. É assim que deve ser a diplomacia brasileira: sermos, todo mundo, generosos, bondosos, humildes, mas orgulhosos de sermos brasileiros e defender os nossos interesses.

Agora, em Copenhague, no COP 15... A Marisa já está reclamando ali, dizendo para a Ana Amorim: “Se ele tivesse lido o discurso, já tinha acabado”. Isso é a experiência de 36 anos de casado, é isso que...

Mas eu vou contar, a última, essa da COP 15. Na COP 15, estava desenhada uma coisa extraordinária. Outros países ricos queriam acabar com o Protocolo de Quioto, porque ninguém queria compromisso com metas, e ninguém queria compromisso com financiamento. E estavam os países, todos, combinados para jogar todo o peso da responsabilidade em cima dos países em desenvolvimento, sobretudo da China. Nós mandamos uma boa delegação para lá, o Brasil, sabiamente, tomou uma decisão de que a gente iria diminuir a emissão de gases de efeito estufa de 36 a 39% até 2020; que nós iríamos reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020, então o Brasil chegou lá com autoridade moral – que está esse menino dos Santos, agora, que todo mundo quer que convoque

ele para a Seleção, esse menino Neymar –, o Brasil chegou com essa autoridade moral. Todo mundo queria ver qual era a “paradinha” que o Brasil ia dar e para que lado que o goleiro ia cair. Vamos lá. Cheguei lá, tivemos bilaterais com todos os países europeus, todo mundo queria saber o que o Brasil estava pensando, o que o Brasil ia fazer, o que o Brasil... Bom, foi ficando claro para eles que nós não íamos prejudicar a China; e foi ficando claro para eles que nós não queríamos acabar com o Protocolo de Quioto; e foi ficando claro para eles que nós queríamos que todos tivessem responsabilidade, porém, diferenciada, e que cada um pagasse pelo estrago que cometeu ao planeta. Isso posto, pediram para que eu... Imagina, pediram para eu convocar uma reunião depois das 10 horas da noite. E fomos para um jantar com a Rainha, estou eu convidando todo mundo: vamos para a reunião, vamos para a reunião. Eu não fazia isso nem no tempo em que eu era dirigente sindical. Mas às 3 horas da manhã, a gente estava apinhado em uma sala apertada, que não tinha cadeira para todo mundo sentar, discutindo palavras e artigos. Chegou uma hora que eu levantei e falei: “Olha, companheiros, quero dizer uma coisa para vocês: nós, no meu país, já fizemos a lição de casa”. O embaixador Figueiredo estava conosco, não é? Aliás, um craque, viu Celso, um craque. Um craque na arte de negociar, na arte de flexibilizar e na arte de endurecer quando é necessário endurecer.

Então, estávamos lá, aí, 3h da manhã, eu falei: “Sabe de uma, gente, olha: nem no tempo em que eu era dirigente sindical eu ficava discutindo artigos e palavras. Eu vou embora”. Levantei e fui embora. Dia seguinte, às 9h, começamos outra vez. Quando foi meio-dia: “Não vai dar acordo”. Levantamos. Aí, ninguém conversava com ninguém mais. Ficou aquele “samba do crioulo doido”. Ficou aquele negócio assim...

Quando foi 5h da tarde, nós pedimos uma reunião: Brasil, China, Índia e África do Sul. Basic. Porque, também, o Itamaraty é que nem o governo: sempre que tem só uma palavra, já faz uma sigla. Então... É verdade. Começamos a reunião, não tinha sigla, já saímos com um tal de “Basic”. Aí, qual não é a nossa surpresa, que Brasil, China e Índia

estavam bem afinados. E África do Sul, Brasil, China, Índia e África do Sul. Bem afinados, o G-77, os países africanos todos conosco. O nosso companheiro Chávez, o Evo Morales, mais radicalizando.

E aí, lá pelas tantas, entra o presidente Obama. Primeiro, chegou a Hillary Clinton, os chineses não quiseram deixar ela entrar. E ela dizia: “Eu sou Secretária de Estado”. Acho que os chineses não entendiam, mas ela terminou... Ela entrou na reunião do Basic, e daqui a pouco estava a Europa reunida em um canto, chega o Obama e fala: “Olha, eu vim aqui para conversar, se precisava fazer um acordo”. Então, sentou o Obama lá, depois de uma hora, uma hora e pouco, fizemos um acordo, ele fez algumas propostas, algumas nós aceitamos, outras nós recusamos, fizemos um acordo. E depois acabou a reunião sem ter o sucesso que tinha, nós vamos ter que trabalhar para o COP 16.

Por que eu estou dizendo isso? Na história política da Humanidade, toda vez que aqueles que têm similaridades se juntarem, eles ganham muita força. O problema sério é quando os iguais se juntam aos diferentes – e sobretudo aos ricos, nunca se juntam aos pobres – para formular políticas de unidade, políticas que permitam a coesão entre os países.

Então, quando a gente começa a ganhar esses espaços, nós vamos arrumando adversários. Então, o Brasil na OMC teve um problema, o Brasil em Copenhague teve outro problema, o Brasil nas Olimpíadas teve outro problema. E assim a gente vai arrumando, ou seja, a gente vai chegando em um baile que tinha três caras bonitos, 50 mulheres, de repente, chega mais 50 bonitos e as mulheres vão rareando, as pessoas não querem. E vale de mulher para homem também.

Ou seja, o dado concreto é que o Brasil não é mais coadjuvante. O dado concreto é que o Brasil cresceu, o dado concreto é que o Brasil virou importante. E não virou importante apenas porque temos 200 milhões de habitantes, oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Viramos importantes porque temos políticas importantes. E eu falo sem medo de errar, porque temos na figura do Celso, liderando a diplomacia brasileira, talvez, o melhor diplomata em ação hoje de

todos os que eu conheço, de todos. Isso vai criando ciúmes para quem está fora e eu acho que deve criar orgulho para vocês. Muito orgulho, porque vocês estão entrando na carreira diplomática em um momento auspicioso da história deste país. E não pode ter retorno, não pode ter retorno. Ou seja, a gente não pode voltar aos tempos em que o Brasil... E eu defendo mais embaixada, defendo mais dinheiro para o Itamaraty, ou seja, acho que a gente não tem... Eu, quando chego em um lugar qualquer eu vejo a Embaixada da França, a Embaixada da China, a Embaixada Americana, é do tamanho da Esplanada dos Ministérios. Tem mais gente do que todo o Itamaraty. Às vezes, a gente chega na nossa e tem dois funcionários. Não se queixam do salário por respeito ao Presidente, mas a gente sabe que a gente precisa melhorar muito. E eu sei que nós já melhoramos, eu sei. Nós já duplicamos quase o número de funcionários, já melhorou salário, mas eu sei que é pouco. Pela excelência que é a nossa diplomacia, nós precisamos estar em todos os países, com embaixadas preparadas com muitos especialistas para fazer intervenção em todos os assuntos, Celso.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que dentro de quatro, oito anos, nós iremos ter muito mais orgulho do Itamaraty. Itamaraty deixou de ser aquela coisa bonita, inteligente, para poucos. Nós queremos continuar bonitos, inteligentes para todos e para muitos. É esse o nosso papel. Por isso, meninos e meninas, que Deus dê força para vocês, se depender do discurso, do que se falou em nome de vocês, eu acho que essa turma tem tudo para ser uma turma vencedora.

Um abraço, que Deus abençoe todos vocês e parabéns aos familiares.

TEXTO-BASE DO DISCURSO DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
PARA A CERIMÔNIA DO DIA DO DIPLOMATA E DE
FORMATURA DA TURMA JOAQUIM NABUCO

BRASÍLIA, 20 DE ABRIL DE 2010

Prezados Formandos,

Que minhas primeiras palavras sejam para felicitar os novos diplomatas que se incorporam aos quadros da Casa de Rio Branco. Ao desejar-lhes felicidade na carreira em que hoje se iniciam, estendo esses votos a seus familiares e amigos. Quero compartilhar com todos a alegria e a emoção deste momento.

Este é o oitavo ano em que compareço ao Palácio Itamaraty para presidir a formatura do Dia do Diplomata. Será minha última participação nesta cerimônia na condição de Presidente da República.

Considero, assim, que se trata de excelente ocasião para fazer um balanço – ainda que breve – de nossa política externa nestes mais de sete anos que decorreram desde o início de meu Governo, em janeiro de 2003.

Duas novas realidades marcaram este período. A forte presença do Brasil na cena mundial e o fato de nossa política externa ter-se transformado em questão central no debate político em nosso país.

Muitas razões têm sido dadas para explicar a projeção internacional que o Brasil alcançou nestes últimos anos. A excelência de nossa diplomacia. As grandes qualidades de nosso Ministro de Estado. Até mesmo o interesse e a persistência do Presidente da República no trato das questões internacionais.

Tudo isso é certo, mas não explica, plenamente, essa nova realidade. Estou convencido de que o lugar que o Brasil passou a ocupar no mundo de hoje é consequência da grande transformação que o povo e o Governo brasileiros realizaram nestes últimos anos.

Depois de mais de duas décadas de estagnação, retomamos o crescimento.

Mas é um crescimento diferente, pois não se fez, como no passado, à custa da exclusão social de dezenas de milhões de brasileiros. Ao contrário, o crescimento atual é resultado de um amplo processo de distribuição de renda. Expansão do emprego nunca vista. Aumentos dos salários acima da inflação. Programas estatais de transferência de renda. Apoio à agricultura familiar. Generalização do crédito, sobretudo para os pobres. Políticas governamentais nos domínios da educação, da habitação e do saneamento básico. Tudo isso provocou uma profunda mudança econômica e social em nosso país.

Diferentemente do passado, pudemos realizar essa transformação mantendo o equilíbrio macroeconômico e reduzindo consideravelmente nossa vulnerabilidade externa. Triplicamos e diversificamos nossas exportações. Deixamos de ser eternos devedores para nos transformarmos em credores internacionais. No passado, muitos de nós gritávamos nas ruas do Brasil “Fora o FMI”. Hoje emprestamos 15 bilhões de dólares ao Fundo para que ajude, sem as duras condições de outros tempos, aos países pobres e em desenvolvimento.

A redução de nossa vulnerabilidade externa, nosso equilíbrio macroeconômico, mas, sobretudo, a diversificação de nosso comércio exterior e a formação de um enorme mercado de bens de consumo, foram a muralha que nos protegeu dos efeitos da grande crise financeira que se abateu sobre o mundo a partir de 2008.

Quanta diferença de outros tempos, quando as crises do México, da Ásia e da Rússia nos levaram à beira do abismo!

Penso, no entanto, que o mais importante foi a realização de toda esta grande transformação econômica e social, preservando e aprofundando nossa democracia.

É evidente que em um mundo dominado pela incerteza, pela desigualdade e pelas tentações autoritárias a experiência brasileira não poderia passar despercebida.

Para aqueles que se haviam habituado a ver o Brasil como eterno país do futuro, ficou evidente que o futuro havia chegado.

Claro está que não devemos deixar-nos embalar por estes êxitos. Há um longo caminho a percorrer ainda.

A segunda questão que se coloca hoje é a de explicar por que a política externa do Brasil se transformou em tema central do debate nacional, na mídia, nas universidades e nos meios políticos.

A explicação está em que mudamos nossa relação com o mundo. Compreendemos que não podíamos sofrer, de forma passiva, aquilo que muitos chamaram de “globalização”.

Essa globalização produziu profundas mudanças na correlação de forças internacional. Mudanças que exigiam de nós uma atitude diferente daquela adotada do passado. Necessitávamos, como disse o Ministro Amorim, de uma “política externa ativa e altiva”.

O Brasil não podia mais conformar-se com um papel subalterno. Nossa diplomacia tinha de pôr em prática sua vocação universalista, tantas vezes proclamada, mas nem sempre aplicada por alguns governos.

Em nenhum momento desconsideramos o interesse nacional. Ao contrário, mostramos que o interesse nacional exige uma presença forte no mundo. Mas uma presença internacional sem vocação imperial ou colonial. Sem pretensões hegemônicas. Sem arrogância. Realista, mas ambiciosa.

Uma presença que se caracterize pela solidariedade com os países do Sul do mundo, especialmente aqueles da América do Sul, da América Latina e Caribe e da África, cujas populações tiveram papel decisivo na formação da nação brasileira.

Uns poucos afirmaram que nossa política externa tinha um viés ideológico e/ou partidário ou que havia rompido com o consenso nacional.

Falso. Consenso nacional não é o mesmo que unanimidade.

Não é pensamento único. Em todas as sociedades democráticas há fortes embates sobre as orientações de Governo, aí incluindo a política externa.

Com essa proposta de política externa, que hoje implementamos, disputei e venci as eleições de 2002 e de 2006.

Nossa diplomacia não foi marcada por afinidades partidárias ou ideológicas. Meu Governo construiu relações sólidas com a China e com os Estados Unidos, com a Colômbia e com a Venezuela, com a França e com a Rússia. Nunca tivemos em consideração qual tendência política governava este ou aquele país.

No plano interno não foi diferente. Nunca determinei ou sugeri uma promoção ou remoção no Itamaraty. Ao contrário, meu Governo pode exibir com orgulho o fato de que todos nossos embaixadores são diplomatas de carreira.

Política externa “ativa e ativa”. E solidária, acrescento eu.

Uma Política Externa Ativa, porque não ficamos de braços cruzados diante das mudanças, ameaças e oportunidades que surgiam no mundo.

Por isso passamos a ter um papel central nas negociações comerciais da Rodada de Doha, na OMC.

Pelas mesmas razões, fomos convidados a participar das reuniões do G8. Integramos o G20-financeiro, recolhendo as demandas do Sul do mundo e colocando a necessidade de uma reforma radical do ordenamento econômico internacional e das instituições multilaterais criadas em Bretton Woods – o FMI e o Banco Mundial, especialmente.

Em um mundo onde o multilateralismo ganha relevância e caminha em direção a uma configuração multipolar, temos defendido a reforma das Nações Unidas. Não é mais justificável que seu Conselho de Segurança tenha hoje a mesma composição do fim da Segunda Guerra Mundial.

Sobre o crucial tema da Mudança do Clima, levamos à Copenhague

a proposta mais avançada, estabelecendo uma sólida aliança com os países do BASIC e do G77. Defendemos a plena adoção do Protocolo de Quioto e o princípio das “responsabilidade iguais, mas diferenciadas.”

Com a autoridade de quem tem consagrada na Constituição a proibição da fabricação e uso de armas atômicas, propugnamos internacionalmente que a luta pela não-proliferação deve ser acompanhada por um esforço igual pelo desarmamento nuclear.

Com esse propósito estamos empenhados em que o Irã, pela via diplomática, aceite plenamente as determinações da Agência Internacional de Energia Nuclear. Sanções precipitadas, antes que se esgotem os canais diplomáticos, são contraproducentes. Os países desenvolvidos não podem repetir a dolorosa aventura do Iraque.

Nossa vocação universalista nos conduziu a ter uma presença mais ativa na crise do Oriente Médio, cuja duração e gravidade ameaçam a paz mundial. Somos considerados por todas as partes envolvidas no conflito como interlocutor qualificado e necessário. Defendemos a coexistência do Estado de Israel com um Estado palestino, viável, dentro das fronteiras de 1967.

Que naquela região do mundo possa existir a mesma convivência harmônica entre árabes e judeus que temos aqui no Brasil.

O respeito aos Direitos Humanos é também tema central de nossa atuação externa. É uma questão complexa, pois envolve distintas tradições na cultura política dos povos e problemas relacionados com a soberania nacional.

O Brasil não pretende distribuir certificados de boa ou má conduta. Mas nossa não-interferência na vida de outros países não significa que estejamos indiferentes ao que neles passa. Temos procurado, por meio de iniciativas discretas, resolver algumas questões que nos parecem mais difíceis.

O reconhecimento mundial dessa postura pode ser medido pelas expressivas votações recebidas pelo Brasil tanto para o Conselho dos Direitos Humanos, como para o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Uma Política Externa Altiva!

Sem buscar enfrentamentos, conseguimos manter uma excelente relação com os países desenvolvidos.

Na minha trajetória sindical e política apreendi que quem não se faz respeitar não é respeitado.

De cabeça erguida, pudemos estabelecer uma sólida e respeitosa relação com os Estados Unidos, sem qualquer viés ideológico. O mesmo tipo de relacionamento temos com a União Européia, que estabeleceu conosco uma “parceria estratégica”, a segunda depois da China. Reconstruímos, igualmente, nosso relacionamento com o Japão, país ao qual estamos ligados por laços econômicos e por fluxos migratórios recíprocos.

Finalmente, uma política externa solidária!

O fortalecimento do Mercosul foi sempre uma de nossas preocupações centrais. Sei que não logramos realizar ainda uma plena União Aduaneira. Subsistem problemas como os da dupla tarifa externa, da fragilidade das instituições em Montevideu. Mas basta ver os números para compreender que o comércio entre nossos países cresceu de forma exponencial e é um dos responsáveis pelo bom desempenho de nossas economias nos últimos anos.

Mas uma aliança exclusivamente comercial, ainda que importante, não resolve as assimetrias que existem entre o Brasil e os países de economia menor e menos diversificada.

Por isso, foi criada a UNASUL, que busca uma integração produtiva, energética, de infra-estrutura e financeira dos países da região.

O Brasil não quer apenas ser uma economia próspera em uma região marcada por estagnação e desigualdades. Por isso buscamos soluções coletivas. Por isso desenvolvemos programas bilaterais com vários países buscando fortalecer suas indústrias e agriculturas.

Solidariedade não se confunde com filantropia. Respeitamos a soberania de nossos vizinhos em toda a América Latina e Caribe, assim como na África. Em nossa cooperação não há lugar para intervencionismos de qualquer tipo.

A melhor forma de cumprir esses propósitos de uma integração solidária é construir instituições que permitam uma relação igualitária entre os países. A UNASUL entra agora nesta fase de institucionalização. Já demonstrou sua importância quando, por consenso, contribuiu para a solução pacífica da grave crise que colocou a Bolívia à beira de uma guerra civil, em 2009.

Construímos o Conselho de Defesa Sul-Americano e decidimos criar um Conselho de Combate ao Narcotráfico em nosso continente. Aprovamos a criação do Banco do Sul. O exemplo da UNASUL frutificou. Permitiu que realizássemos a histórica reunião de todos os países da América Latina e do Caribe. Histórica, porque, pela primeira vez em muitos séculos, pudemos discutir nossos problemas entre nós. Por consenso, os países que estiveram na Bahia, em 2009, decidiram neste ano, no México, constituir uma Comunidade de Nações Latino-Americanas e do Caribe.

Este mesmo espírito solidário fez com que repudiássemos o Golpe de Estado em Honduras. Deixamos claro que não há mais espaço para aventuras autoritárias como aquelas que, em um passado, não muito distante, infelicitaram nosso continente.

Porém o exemplo maior de nossa solidariedade é a presença brasileira no Haiti. Naquele país, nossos soldados, ao lado de forças de outros países da América Latina, realizam não só uma tarefa de estabilização. Estamos também fortalecendo o Estado nacional e a sociedade haitiana e participando da reconstrução física de um país destruído por décadas de intervenções estrangeiras e de governos autoritários.

Presto aqui minha homenagem aos soldados brasileiros e de outros países que perderam suas vidas no cumprimento de seu dever. Rendo igualmente minha homenagem à memória do diplomata brasileiro, a serviço da ONU, Luiz Carlos da Costa e a Dona Zilda Arns, mortos no terremoto em Porto Príncipe.

Terminarei meu mandato presidencial tendo visitado 25 países da África, alguns deles mais de uma vez.

Não só entendemos o papel que a África teve na formação de nosso país – a segunda população afrodescendente do mundo –, como fomos sensíveis ao Renascimento daquele continente hoje em curso. Quintuplicamos nosso comércio com a África. Cresceram os investimentos de empresas públicas e privadas no continente.

Aumentou nossa cooperação.

A realização de duas cúpulas América do Sul–África revela o surgimento de novos e promissores mecanismos de relações internacionais.

Movimento semelhante foi feito em direção aos países árabes. Também aí cresceram nossas trocas comerciais e nossos investimentos. Esse diálogo ganhou expressão política na realização de duas cúpulas América do Sul–Países Árabes, uma em Brasília e outra no Catar.

O mundo está mudando aceleradamente. As relações Sul-Sul se intensificam na medida em que para esta parte do mundo se desloca de forma crescente o centro dinâmico da economia mundial.

Por entender este movimento, constituímos com a Índia e África do Sul o IBAS, um foro de três grandes democracias multiétnicas de três continentes do mundo.

Na mesma direção, participamos, junto com a China, Índia e Rússia, do BRIC.

A realização na semana passada das cúpulas de Chefes de Estado e de Governo do IBAS e do BRIC, transformou Brasília em capital diplomática do mundo por 24 horas.

É natural que todo este dinamismo da política externa exigisse uma adequação do Itamaraty e de todo o Governo às novas responsabilidades que o Brasil passou a ter no mundo.

Criamos 34 novas embaixadas: 15 na África, 6 na América Latina e Caribe, 5 na Europa, 3 no Oriente Médio e 3 na Ásia. Para atender os milhões de brasileiros que se espalham pelo mundo, abrimos 19 novos consulados e intensificamos nossos canais de consulta de nossas comunidades fora do país.

Esse movimento exigiu uma ampliação dos quadros do Itamaraty, que cresceram em quase 50%. O Instituto Rio Branco passou a admitir

100 alunos por ano a partir de 2006. Aplicou-se uma nova política salarial para nossos diplomatas.

O orçamento do Ministério das Relações Exteriores quase que dobrou, em termos reais, nestes últimos sete anos. Não hesitamos em ampliar o gasto público para dotar nossa política externa da eficácia exigida de um país como o Brasil.

Os críticos da “gastança” do Governo são aqueles que querem uma diplomacia inoperante, um país sem médicos, policiais, servidores qualificados. São os partidários de um Estado Mínimo feito para um país de uns poucos. Não para um Brasil para todos.

O Brasil não vai renunciar a uma presença forte no mundo. De que servem princípios se não temos condições de aplicá-los.

Queridos formandos,

Nas distintas responsabilidades que vocês venham a assumir nos mais longínquos rincões de nosso planeta, tenham sempre presente que aí estão representando nosso país.

Mais do que isso. Saibam que estão contribuindo para a construção de um novo Brasil.

A política externa não é apenas um instrumento de projeção do Brasil no mundo. Ela é também um elemento estruturante de nosso projeto nacional de desenvolvimento.

Joaquim Nabuco, escolhido por vocês como patrono desta turma, compreendeu bem a necessidade de articular seu acionar diplomático com suas responsabilidades cidadãs.

O Embaixador Nabuco nunca esqueceu de seu país. Mais que isso, esteve na vanguarda da luta pela abolição da escravidão, a forma mais aguda da secular desigualdade social em nosso país.

Concluo, citando suas palavras no Prefácio de *O Abolicionismo*: “... a pátria, como a mãe, quando não existe para os filhos mais infelizes, não existe para os mais dignos...”

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM,
POR OCASIÃO DO DIA DO DIPLOMATA E DA
FORMATURA DA TURMA JOAQUIM NABUCO

BRASÍLIA, 20 DE ABRIL DE 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
Dona Marisa Letícia,
Ana, minha mulher,
Senhor Secretário Geral do Itamaraty, Embaixador Antonio Patriota,
Embaixador Ruy Nogueira, na pessoa de quem cumprimento os demais chefes da Casa,
Senhor Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, Embaixador Georges Lamazière,
Secretário Leandro Vieira Silva, orador da Turma Joaquim Nabuco, por intermédio de quem saúdo todos os formandos e formandas, seus pais e demais familiares,
Diplomatas de países amigos que se formaram aqui na nossa Academia Diplomática,
Embaixadores estrangeiros acreditados em Brasília,
Colegas,
Amigos e amigas,

Recebi com enorme alegria o convite para ser paraninfo da Turma 2007-2009 do Instituto Rio Branco. Aceitei a homenagem

de todo o coração, mas também com humildade, pois sei que devo atribuí-la, em primeiro lugar, ao reconhecimento do papel que o Brasil atingiu no mundo ao longo deste Governo. Esta é, portanto, uma honraria que deve ser repartida entre todos os colegas que me auxiliaram – direta ou indiretamente – a executar a política externa formulada pelo Presidente Lula.

A escolha de Joaquim Nabuco como patrono da Turma, no centenário de seu falecimento, é um justo tributo a um pioneiro do pensamento social no Brasil e um dos fundadores da nossa moderna diplomacia. Inclusão social e política externa são dois pilares das transformações que o Governo do Presidente Lula vem promovendo no País.

Há alguns meses, tive a felicidade de proferir conferência que inaugurou ciclo de homenagens a Joaquim Nabuco na Academia Brasileira de Letras. Conhecer melhor seu pensamento foi uma experiência gratificante.

A personalidade de Nabuco não se presta a simplificações. Bon vivant na juventude, intelectual engajado na maturidade, Nabuco colocou-se contra sua classe, contra sua “raça” (para usar um conceito superado, mas então vigente), contra sua própria carreira política, em nome de seus ideais humanistas. Até mesmo o Governo do Império Nabuco desafiou, ao apresentar ao Papa o memorial em que pedia a intervenção da Igreja para acelerar a abolição. Embora tenha mantido suas convicções monarquistas, Nabuco não declinou do chamado patriótico para servir à jovem República, cuja proclamação ele amargara: primeiro como advogado no litígio contra os ingleses sobre a região do Pirara e, logo depois, como o primeiro Embaixador brasileiro nos Estados Unidos.

É possível rastrear no pensamento de Nabuco raízes de aspectos relevantes da diplomacia brasileira. Junto com o Barão do Rio Branco, o nosso primeiro Embaixador em Washington ajudou a forjar uma forte relação com os Estados Unidos – naquela época ainda uma potência em ascensão. Aos olhos atuais, esta atitude pode parecer um

exercício de submissão. Na verdade, tratava-se de liberar o Brasil dos excessos da influência europeia. Não seria de todo descabido dizer que, *mutatis mutandis*, trabalhar junto com os Estados Unidos da virada do século passado equivalia, de certo modo, a buscar fortalecer o que hoje chamaríamos de multipolaridade.

Nabuco foi também um precursor na valorização da América do Sul. Abolido o Império, que forçosamente nos distinguia na região, Nabuco foi um pioneiro, ao ver que os destinos das repúblicas sul-americanas estavam intimamente entrelaçados. Compreendeu que, na mesma medida em que turbulências em um país podiam contaminar toda a região, a promoção da paz e da democracia, tal como entendida à época, em qualquer de nossos países, também seria benéfica para os demais. O estudo de Nabuco sobre o Presidente chileno Juan Manoel Balmaceda e sua trágica trajetória política é um exemplo, possivelmente único em nosso país no século XIX, de uma pesquisa sobre um estadista contemporâneo da América do Sul.

Mas a genuína causa da vida de Nabuco foi a abolição da escravidão. É de sua autoria a frase: “não basta acabar com a escravidão, é preciso acabar com a obra da escravidão”. É ele quem identifica o legado perverso que a escravidão deixaria. É ele também quem constata a importância de atacar a questão agrária. Intui, se não explicita, que escravidão e latifúndio eram faces da mesma moeda; que a primeira somente seria verdadeiramente enterrada quando se eliminasse o segundo.

No processo de preparação da fala na ABL, cheguei à conclusão de que a personalidade instigante, complexa e não-linear de Joaquim Nabuco faz do patrono da Turma um verdadeiro enigma, ou simplesmente, um homem moderno. Nabuco viveu e encarnou as contradições de seu tempo. Foi um contestador das ideias hegemônicas da época, sem jamais ter sido um revolucionário. Aquele “brasileiro de Pernambuco” teria seguramente se identificado com o verso de Raul Seixas: “Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”.

Presidente,

A política externa do seu Governo também escolheu, desde a primeira hora, rebater, com atos, “aquela velha opinião formada sobre tudo”: opinião de que a integração sul-americana e latino-americana era um ideal inatingível; de que o comércio Sul-Sul era um objetivo puramente ideológico; de que uma nova geografia comercial e política era uma quimera. Sobretudo contrapôs-se ao conceito, ou melhor dizendo “pré-conceito”, de que as questões globais só podem ser decididas entre os países ricos.

Há 20 anos, o mundo festejava a derrubada do Muro de Berlim, que representava a divisão entre Leste e Oeste nas relações internacionais. Proclamou-se mesmo o fim da História, como se a eliminação da pobreza, o combate à injustiça e a superação de toda sorte de assimetrias fossem objetivos de somenos. Sua política externa, Presidente, ajudou a reconhecer que a História é um fluxo contínuo; que não cessa nem cessará nunca. Ouso mesmo dizer que contribuiu para acelerar esse movimento e direcioná-lo no sentido das transformações necessárias.

A constituição do G-20 da OMC na reunião ministerial de Cancun em 2003, em torno da liberalização dos mercados agrícolas dos países ricos, mudou para sempre o padrão das negociações comerciais multilaterais. Isso não poderia ter ocorrido sem o ativo empenho da diplomacia brasileira. Em Cancun, não somente tivemos o desassombro de enfrentar os poderosos e desafiar os paradigmas estabelecidos. Procuramos e logramos fazer convergirem as posições dos países em desenvolvimento, em favor de um desenlace que não violentasse os interesses dos mais pobres.

A extensão da luta contra a fome e a pobreza ao plano internacional, que Vossa Excelência liderou com outros dirigentes, serviu e continua a servir de inspiração a muitas iniciativas, que, mesmo antes da crise, procuravam tornar menos longínquas as metas de desenvolvimento do milênio.

Novos mecanismos substituíram o G-7 como palco das decisões globais de grande relevo. A elevação do G-20 Financeiro ao nível de Chefes de Estado e de Governo, movimento do qual Vossa Excelência foi um dos protagonistas, significou um passo nessa direção. O Grupo BRIC; o Fórum IBAS; o grupo BASIC nas negociações referentes à mudança do clima; o G-20 da OMC têm contribuído para a construção de uma ordem internacional mais justa, democrática e inclusiva. E o que esses agrupamentos têm em comum? É que o Brasil está presente – e é atuante – em todos eles.

Nossa política externa enfrentou “aquela velha opinião” de que exercer, na cena internacional, o protagonismo compatível com a nossa grandeza – não só econômica, mas também política e cultural – seria inútil ou, mesmo perigoso. O Brasil soube desafiar o falso paradigma de que nossa política externa deveria pautar-se pela noção da “limitação de poder”. Esta, por sua vez, se baseava numa contabilidade falsa, que deixava de lado o exemplo das nossas transformações sociais, a natureza vibrante da nossa democracia e – por que não? – a nossa capacidade de buscar soluções inovadoras e criativas para velhos problemas.

Ao contrário, exploramos ao máximo os nossos trunfos, entre os quais está a nossa convivência amistosa e fraternal com os povos da América Latina e do Caribe, a começar pela América do Sul. Parlamento do Mercosul, Focem, Casa/Unasul e CALC (agora CELAC), além de inúmeras ações bilaterais despojadas de egoísmo imediatista, impulsionaram a integração, em benefício de nossos povos, reparando injustiças do passado e corrigindo assimetrias do presente. Deram-nos fôlego, também, para uma atuação mais desenvolta e afirmativa no plano global.

Nossa política externa foi de encontro “àquela velha opinião” de que buscar uma aproximação com a África, com o Oriente Médio e com os países em desenvolvimento da Ásia implicava desperdício de tempo e de energia. Para além dos laços humanos que compartilhamos com esses países – afinal, a sociedade brasileira é formada por migrantes de muitas partes do mundo e 50% da nossa população é de origem africana – a nossa

política de cooperação Sul-Sul produziu resultados muito concretos, que nem os críticos mais apegados a uma visão puramente mercantilista da política externa podem negar.

O comércio do Brasil com os países árabes quadruplicou desde a realização da primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes, em abril de 2005, em Brasília. O intercâmbio comercial com a África quintuplicou nos últimos sete anos. O continente africano, se tomado em conjunto, já seria nosso quarto maior parceiro comercial, à frente, de sócios tradicionais, como Japão e a Alemanha.

Nossa política externa questionou “aquela velha opinião” de que é preciso ser rico para ser solidário. Desde 2004, o Brasil comanda a operação de paz da ONU no Haiti. Ajudamos na busca da paz e da segurança e contribuímos decisivamente para a sua reconstituição institucional. Depois do terremoto de 12 de janeiro, nosso compromisso com o Haiti se tornou ainda mais profundo. Levamos aos haitianos alimentos, medicamento e esperança. Há três semanas, na Conferência de Doadores para o Haiti, em Nova York, embasamos nosso gesto com recursos. Demos substância real à nossa solidariedade e apoiamos, de forma concreta e prática, a legítima aspiração do Haiti de ser dono do seu destino.

São incontáveis as ações que, sozinhos ou em conjunto com outros países, como os do IBAS, temos desenvolvido em benefício de nações mais pobres na África, na América Latina e Caribe e, até mesmo em lugares distantes na Ásia e na Oceania. Da fazenda modelo de algodão no Mali aos professores no Timor, passando pelo Centro de Treinamento Profissional do Senai em Guiné Bissau, o Brasil tem feito da cooperação com os mais necessitados uma vertente importante de sua ação diplomática.

Finalmente, nossa política externa derrubou “aquela velha opinião” de que o Brasil precisa pedir licença para agir nas relações internacionais. Mantemos intransigentemente nossa tradição diplomática pacifista e de respeito ao direito internacional. Combinamos o princípio básico da não-intervenção nos assuntos de outros Estados com uma atitude de

“não-indiferença”, que nos permitiu ser instrumentais na criação do Grupo de Amigos da Venezuela e nas gestões da Unasul em prol da paz e reconciliação na Bolívia.

Há quem pense, por comodismo ou precaução excessiva, que devemos nos silenciar diante das grandes questões globais que não nos digam respeito de forma direta e imediata. O que essas pessoas muitas vezes esquecem é que a omissão também tem um custo. E, cedo ou tarde, teremos de pagá-lo. O Oriente Médio, o Irã, as situações de conflito ou pós-conflito na África estão muito mais próximas de nós do que por vezes se imagina. Não só por laços familiares e afetivos, como constatamos nos bombardeios do Líbano, em 2006, mas porque a paz e o desenvolvimento cada vez mais terão de ser globais – ou simplesmente não serão.

Este Governo tem um inabalável compromisso com os direitos humanos, sejam estes sociais e econômicos ou civis e políticos. Isto é verdade no plano interno como no internacional. Repudiamos a tortura e apoiamos a democracia, como tivemos a oportunidade de demonstrar nos recentes episódios em Honduras. Mas como influir de maneira justa e, sobretudo, eficaz é um julgamento que tem que ser feito em cada caso individual, à luz das particularidades nacionais, regionais e globais do momento. Por isso o Brasil é um dos mais ativos promotores da Revisão Periódica Universal no Conselho de Direitos Humanos na ONU, cuja criação defendemos com afinco. Mas o que não podemos é abdicar de nossa capacidade de julgar por nós mesmos ou delegar nossas decisões aos mais poderosos, por temor de um suposto isolamento.

O mesmo ocorre em questões complexas da atualidade como a do programa nuclear iraniano. Neste caso, o Brasil não é nem pró-EUA nem pró-Irã, como frequentemente se diz. O Brasil é pró-Paz. É contra as armas nucleares e a favor do desenvolvimento nuclear pacífico. E, mais concretamente, o Brasil vê que é possível chegar a uma solução negociada para o problema iraniano, que atenda àqueles dois quesitos, com base em propostas existentes. Por isso continuaremos a tentar, sem bravatas ou tiradas quixotescas, mas também sem a covardia dos

que podem mas não fazem, por conveniência, medo ou inapetência política. O que queremos evitar, neste caso, é uma tragédia similar à que ocorreu no Iraque, onde o ciclo de sanções impostas a Bagdá e as atitudes desafiantes de Saddam Hussein terminaram da forma que todos conhecemos.

Falo hoje como Paraninfo, mas falo também como Ministro das Relações Exteriores, que acompanha o Presidente Lula ao longo destes quase sete anos e meio. Apesar disso, resistirei à tentação de listar aqui as medidas administrativas que buscaram dar meios humanos e materiais a nossa ação diplomática, a ampliar a presença do Brasil no mundo e a tornar o nosso Itamaraty, de tantas e tão nobres tradições – entre as quais, como dizia o Ministro Silveira, a melhor de todas é a de saber renovar-se – mais parecido com o povo brasileiro, que tanto amamos e que queremos representar bem.

Seja por que razão for – timidez, pudor de não elogiar o chefe ou simples discordância – não é comum que o Ministro das Relações Exteriores seja escolhido como paraninfo das turmas do Instituto Rio Branco. Esta homenagem geralmente é reservada para algum professor ou diplomata que teve contato mais próximo com os alunos.

Procurei aqui alinhar, sem excesso de detalhes, as ideias e os sentimentos que têm impulsionado a política externa do Presidente Lula, cuja execução me coube assistir. O que mais me emociona na homenagem que me é prestada, talvez imerecidamente, é imaginar que boa parte dessas ideias e desses sentimentos é comungada pelos jovens que ingressam na carreira diplomática. Pois nada pode ser mais gratificante para alguém que se aproxima do ocaso de suas atividades político-profissionais do que ver que seus ideais – ou alguns deles – são compartilhados pelas novas gerações.

Joaquim Nabuco, à sua época, classificou o Brasil como um país “quase de futuro”. Outros, depois dele, constataram que o Brasil era – em uma imagem que virou lugar comum – o “país do futuro”. Graças

ao nosso Governo, Presidente, podemos assumir que essas imagens ficaram, de uma vez por todas, no passado. Agradeço-lhe, comovido, por me ter permitido participar desta grande empreitada.

São as novas gerações de diplomatas, entre os quais esta turma de formandos, que terão a tarefa de enfrentar os desafios sempre inéditos que a nossa inserção no mundo continuará a suscitar. Posso dar testemunho de que muitos desses jovens colegas, inclusive o nosso orador de hoje, o Leandro, têm-se voluntariado a servir em países que antes poderiam ser considerados como “difíceis”.

Parabenizo os formandos, seus pais, cônjuges, companheiros e companheiras pela vitória nas árduas batalhas que tiveram até aqui. Estou seguro de que as lutas que estão diante de vocês serão enfrentadas com o mesmo entusiasmo e patriotismo, sem os quais tudo o que fazemos se torna um ritual inútil.

Hoje é meu último Dia do Diplomata como Ministro das Relações Exteriores do Governo do Presidente Lula. Devo confessar que a carreira da qual já me aposentei, mas a que me mantenho fortemente ligado – a mesma que vocês abraçaram –, recompensou-me para além das minhas expectativas. Não se tratou somente de conhecer líderes mundiais e testemunhar a História de um ângulo privilegiado ou, mesmo, viver em lugares interessantes. Mas sim de saber que tudo isso foi feito por uma causa que vale a pena: servir ao Brasil.

Meus queridos formandos, se me permitirem, dou-lhes um último conselho. É fundamental que um diplomata entenda o seu país. Essa compreensão, entretanto, pode se dar de duas formas. Uma delas é por meio de um olhar puramente retrospectivo, que se concentra em mazelas, limitações e defeitos situados no passado. A outra é prospectiva: a projeção do lugar do País no mundo adiante do horizonte. Isso não significa ignorar a História, mas ter a compreensão de que o Brasil será melhor e maior amanhã do que é hoje. Assim como hoje ele é melhor e maior do que foi ontem.

“Eu vi o mundo, ele começa no Recife”, diz a frase eternizada

no painel do muralista pernambucano Cícero Dias. A ideia por trás da máxima deste conterrâneo de Nabuco é que a nossa visão de mundo é ditada pelas nossas circunstâncias. Depois de tantas andanças pelo mundo afora – fosse como diplomata em início de carreira, Embaixador ou Ministro das Relações Exteriores – posso também dizer: “eu vi o mundo, ele começa no Brasil”.

E este Brasil que vocês, queridas formandas e formandos, estão recebendo como ofício e missão de vida é muito diferente daquele que eu recebi quando me formei no Instituto Rio Branco. É democrático, socialmente mais justo e internacionalmente respeitado. E a boa notícia é: o melhor de nossa História ainda está por vir.

Muito obrigado!

DISCURSO DO DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO
RIO BRANCO, EMBAIXADOR GEORGES LAMAZIÈRE,
POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DO DIA DO DIPLOMATA
E DA FORMATURA DA TURMA JOAQUIM NABUCO

BRASÍLIA, 20 DE ABRIL DE 2010

É uma honra poder dar-lhes as boas-vindas na Cerimônia de Formatura da Turma Joaquim Nabuco (2007-2009) do Instituto Rio Branco, no Dia do Diplomata, que marca a data de nascimento do Patrono maior desta Casa, o Barão do Rio Branco.

Por uma feliz escolha da turma que se forma, a solenidade de hoje reúne a homenagem tradicional a Rio Branco àquela que todo o Brasil presta em 2010 a Nabuco, no centenário de seu falecimento. Dois grandes brasileiros, contemporâneos e amigos, velam a partir de agora pela Turma de 2007-2009.

A Turma Joaquim Nabuco tem como Paraninfo o Ministro Celso Amorim. Em suas origens mais remotas, *paraninfo* se dizia do padrinho de um batismo, de um casamento ou mesmo de um duelo.

O papel do paraninfo guarda ainda alguns ecos de tal passado, ao designá-lo como protetor da Turma de 2007-2009 nesta passagem que marca, ao mesmo tempo, um começo, um compromisso e uma convocação a lutar sempre, pela via da paz e do Direito Internacional, pelos interesses do Brasil.

Senhor Presidente,

Esta é uma ocasião em que os diplomatas, anualmente, têm o privilégio de receber diretamente do Presidente da República uma

palavra de reflexão e, sobretudo, de inspiração a respeito da política externa brasileira e da nossa profissão, a diplomacia.

Para os que se hoje formam, este é um momento que mescla assim, em proporções indivisíveis, o sentimento da história e a vida pessoal, e que por isso mesmo ficará marcado para sempre em suas memórias.

Agradeço, portanto, a sua presença, e a de todos que aqui estão para compartilhar com o Itamaraty esta festa que é de celebração da Turma Joaquim Nabuco e de reconhecimento pelo trabalho de todos os diplomatas, no Brasil e pelo mundo afora.

DISCURSO DO ORADOR DA TURMA JOAQUIM NABUCO, SECRETÁRIO LEANDRO VIEIRA SILVA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

e estimada Dona Marisa Letícia

Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores e caro
Paraninfo

Embaixador Celso Amorim

e querida Embaixatriz Ana Maria Amorim

Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Antonio Patriota

Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral do Instituto Rio Branco

Embaixador Georges Lamazière

Excelentíssimos Senhores Embaixadores,

Chefias da Casa,

Diletos colegas formandos,

Senhoras e Senhores,

Vejo nos rostos, nos gestos, nas cores, nas expressões de todos aqui presentes a marca da diversidade. Diversos também somos nós, formandos, mas há, com certeza, um sentimento que nos iguala neste

momento. Somos iguais na gratidão que sentimos por pessoas que têm sido fundamentais para que estejamos neste auditório, de cabeça erguida e com sorriso no rosto. Saibam pais, mães, irmãos, avós, companheiras, filhos e amigos que não chegaríamos onde chegamos sem o apoio, o amor e a paciência de vocês, e que essas mesmas virtudes ainda são indispensáveis para que continuemos a avançar. O que sobra em gratidão falta em palavras; aceitem, então, este simples par de palavras que expressam, modestamente, a GRANDEZA do que vocês representam: muito obrigado!

Joaquim Nabuco é o nome da Turma cujos membros ingressaram na Casa de Rio Branco em 2007. Simbolicamente, é no dia de hoje que compartilhamos, de forma solene e diante do Presidente da República, os primeiros frutos de um caminho longo e enriquecedor a serviço da sociedade e do Estado brasileiro.

Iniciamos nosso caminho sendo acolhidos pelo Instituto Rio Branco, sob a orientação do então Diretor-Geral, Professor e Embaixador Fernando Reis. Em suas aulas, o Professor Fernando Reis enfatizou o valor da vivência dos fatos e apreensão de seus múltiplos significados. Tal lição se atualiza no convívio com as chefias, que têm transmitido a experiência a partir da qual asseguramos, a um só tempo, a continuidade e a renovação da chancelaria brasileira.

A construção de nossa própria experiência se inicia no estágio e posterior lotação na Secretaria de Estado, quando pela primeira vez nos investimos da responsabilidade de representar o País. Os desafios que já enfrentamos estão profundamente relacionados às transformações pelas quais tem passado o Brasil nos últimos anos.

O aumento do peso relativo do Brasil é decorrência da estabilidade econômica, da consolidação da democracia e de uma vontade – permanente e inequívoca – de justiça social neste País, traduzida em ações efetivas.

Na última formatura em que o Presidente Lula participa como Chefe de Estado, não poderíamos deixar de reconhecer que a vontade de Vossa Excelência, combinada com a ação governamental, têm sido

decisivas nesse processo histórico. Cito a lição de Fernando Pessoa: “agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?”

O “querer” e o “ser” formam, no trabalho de Vossa Excelência, esse palácio, que tem nas suas bases um profundo sentimento de solidariedade, um projeto consistente de inclusão social e uma visão de mundo que pensa o Brasil a longo prazo.

Esses atributos proporcionam paralelo interessante entre dois Brasis, o de 2010 e o Brasil de 100 anos atrás, país do patrono desta Turma. O centenário de morte de Nabuco oferece excelente oportunidade para celebrarmos a vida e o legado de nosso patrono. Joaquim Nabuco, cujo nome caracteriza esta Turma de diplomatas, representa, simultaneamente, ideal a ser atingido e origem e inspiração de nossa carreira.

Distante na cronologia, mas tão familiar na lição que ensina gerações sem nunca perder a atualidade, Nabuco esbanjou conhecimento desta terra sem se basear em perspectivas idealizadas. Ao contrário, sua herança se renova continuamente porque foi a partir de um contato íntimo com a diversidade deste país, aliado a profunda ética humanista, que Nabuco propôs mudança qualitativa na estrutura social brasileira.

O Brasil de 1910 já trazia, como o Brasil de hoje, esse emblema que constitui uma riqueza e um desafio: a realidade multifacetada de sua gente, de sua cultura, de sua natureza.

O abolicionismo representa uma das faces mais visíveis do humanismo de Nabuco, que se nutria não apenas de amor ao próximo, mas também de profunda consciência de seu povo e seu tempo. A Abolição não significava, para Nabuco, apenas um sonho de convivência entre homens livres, mas também um passo para o desenvolvimento fundado no trabalho conjunto de todas as raças. Creio ser legítimo reconhecer na política social do Governo Lula a manifestação desse mesmo espírito. Por outras palavras, a mesma seiva alimenta, em momentos históricos distintos, a trajetória política de dois homens de Estado.

Nosso primeiro Embaixador na história projetava, no cenário internacional, o complemento necessário de um fazer político que buscava, internamente, mais solidariedade e justiça.

Esses ensinamentos ecoam com força na ação externa do Brasil contemporâneo, com uma política que projeta o país para regiões em que a presença diplomática brasileira era pouco expressiva, como é o caso dos países dos continentes africano e asiático.

A solidariedade com nações que compartilham conosco os desafios do desenvolvimento se funde, de forma virtuosa, com uma estratégia de alcance global, consciente de que não se fazer representar de forma permanente consiste na hipótese mais onerosa ao interesse nacional.

As relações internacionais de hoje se dão em palco renovado, em que antigos atores assumem novos papéis e ao qual novos atores ascendem. É nesse palco de grandes mudanças que a Turma Joaquim Nabuco destaca a obra de um dos principais arquitetos de um novo ciclo do Itamaraty, cuja evolução acompanha, harmoniosamente, a renovação do País e as transformações no mundo.

O Ministro Celso Amorim, à frente do Itamaraty nos dois últimos mandatos presidenciais, tem dado sentido prático, nesta Casa, ao aumento de responsabilidades brasileiras no mundo. Ao valorizar o esforço de cada agente do corpo diplomático, nosso paraninfo põe em relevo a seguinte lição: a valorização do papel do Estado na elaboração política é indissociável da valorização do agente que o representa, que deve ser formado e remunerado de maneira condigna com o relevante papel que desempenha.

Sabemos que as demandas por pessoal de apoio e por melhor estrutura de trabalho exigem investimentos que devem ser negociados diante de outros Ministérios, com prioridades políticas tão importantes quanto as nossas. Tenham, porém, a certeza, Senhor Presidente, Caro Paraninfo, de que seremos zelosos colaboradores, dispostos a transformar cada real investido em novas possibilidades econômicas e políticas para o Brasil.

Caro Paraninfo, não corremos o risco do lugar comum ao

ressaltarmos a importância histórica sem precedentes do novo olhar desta Casa em direção às comunidades brasileiras no exterior. O enfrentamento das questões sociais deve necessariamente considerar os brasileiros que, por circunstâncias as mais diversas, optaram pela vida no exterior, com todos os sacrifícios que essa decisão pode implicar. Essa visão humanista nos remete à permanência de uma herança que jamais se exaure, e que renovamos ao eleger Nabuco nosso alicerce.

Diletos colegas e Amigos da Turma de 2007, Turma Joaquim Nabuco,

Somos contemporâneos de um momento privilegiado do País que nos incumbe representar por dever de ofício, sim, mas também por vocação e por idealismo, insumos que dão outro sabor ao dever.

À medida que aumenta o prestígio do Brasil em um mundo em que novos protagonistas atualizam o multilateralismo, cresce nossa responsabilidade como agentes que colocarão em cena a política externa brasileira.

Temos muito o que aprender e trabalhar para fazermos jus à honrosa incumbência que recai sobre nossos ombros, mas nada a temer, porque nossa formação é sólida e plural. Aliás, essa pluralidade constitui nosso maior patrimônio.

Vimos dos quatro cantos do Brasil, com as mais heterogêneas experiências estudantis e profissionais antes de ingressarmos na Casa de Rio Branco.

O Instituto Rio Branco, diferentemente de Itabira, não é apenas um retrato na parede, porque a ele retornaremos sempre. É naquelas salas de aula que nossos chefes e professores transmitem o conhecimento e a experiência que ajudam a pensar a diplomacia como projeto coletivo.

Sejamos sábios para beber na fonte das melhores tradições desta Casa, sem nos esquecer que trazemos conosco, também, a enorme responsabilidade da renovação.

Renova-se o Brasil, renova-se o mundo, multiplicando atores, eliminando fronteiras e mesclando culturas. Nossa obrigação não é apenas a de compreender novos paradigmas, mas também a de suscitá-los.

Exercitemos de forma contínua o dom de formular as perguntas certas aos fatos políticos, pois, como ensina Paul Claudel, não nos compete apenas conhecer a verdade, mas provocá-la.

Os múltiplos rostos diante de mim, embora diversos na forma, se igualam no sentimento de orgulho que expressam por nossa conquista. Há quase três anos, neste mesmo auditório, ilustramos também a diversidade. Aqui chegamos economistas, advogados, médicos, bacharéis em relações internacionais, engenheiros, entre tantas outras profissões.

Hoje nos igualamos em nosso ofício: somos todos diplomatas!

Muito obrigado.

462

